

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

### Ata da 72.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária)

#### Realizada em 12 de Junho de 1972

#### (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, David Federmann, Antônio Maciel e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**Discussão Única** — da Proposição n. 41-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 22-71, de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar no Município de Curitiba, Bairro de Santa Cândida, e que se situe na rua Leopoldo Marochi com a estrada que liga a Roga Grande. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

**Discussão Única** — da Proposição n. 42-72.

Levanta-se a sessão.

## 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

### Ata da 73.<sup>a</sup> Sessão Ordinária

#### Realizada em 12 de Junho de 1972

#### (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, David Federmann, Antônio Maciel e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 6-72.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário a inserção em Ata, na sessão de hoje, de um voto de congratulações a Srta. Maria Dolores Bordin, por ter conquistado, como representante do Município de Paranavai, o título de "Miss Paraná" deste ano, em concurso realizado, sábado último, na cidade de Maringá.

Requer, ainda, se aprovado os termos do solicitado acima, que se dê conhecimento da decisão da Casa, a srta. Maria Dolores Bordin e seus familiares, assim como à direção do jornal "Diário do Paraná", que promoveu o certame em nosso Estado.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados: a cidade de Paranavai viveu, sábado último, intenso momento de alegria e emoção, que ainda se prolongam, com a eleição de sua candidata como representante da beleza da mulher paranaense

Não há dúvida alguma que esse título muito orgulha o Município de Paranavai, do qual somos um dos representantes, nesta Casa. E, nesta oportunidade queremos formular nossos melhores votos que a srta. Maria Dolores Bordin consiga novo sucesso do concurso de "Miss Brasil". Esses são os nossos votos, isto é, de que o Paraná venha a conquistar, por intermédio de sua representante, o título máximo da beleza da mulher brasileira.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) Wilson Fortes

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário a inserção em Ata, na Sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense pela conquista do título de Campeão do 1.<sup>o</sup> Turno do Campeonato Paranaense de Futebol. Requer, ainda, se aprovado, que a decisão da Casa seja comunicada, por ofício ao Senhor Lauro do Rego Barros, presidente do referido clube.

#### JUSTIFICATIVA:

E com a maior satisfação que requeremos a aprovação de um voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense pela conquista do título de Campeão do 1.<sup>o</sup> Turno do Campeonato Paranaense de Futebol. Nós, pessoalmente, somos do Esporte Clube Pinheiros e gostaríamos mesmo que o nosso clube conquistasse tal título. Entretanto, o vitorioso foi o Atlético Paranaense e não podemos deixar de, nesta oportunidade, manifestar de pública as nossas congratulações aos seus dirigentes, jogadores e torcedores, pelo extraordinário esforço que desenvolveram para a conquista de tão árduo título, que, afinal, valeu o sacrifício, traduzindo num título ambicionado por todos os clubes paranaenses.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) — Erondy Silvério.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na forma do Regimento Interno da Casa, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do editorial publicado no jornal "Folha Agrícola" sob o título "Problemas de Colombo", onde são analisadas as principais reivindicações do Município, e que se encontra em anexo.

Aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Diretor do referido jornal, Senhor Orlando Ceccon.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) — Maurício Fruet.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante assina, regimentalmente, requer à Mesa, seja adiada por três sessões a Votação do requerimento de sua autoria sob o n. 5/9, que trata de um apelo ao Diretor do DER, no sentido de ultimar a elaboração do novo Regulamento de Transportes Coletivos Intermunicipais. Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) — Wilson Brandão.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Tendo em vista a tramitação, nesta Casa, do pedido de informação de uma Comissão Especial, para estudar a implantação de órgão previdenciário para os Senhores Deputados, a Liderança do M.D.B., indica para compor a referida Comissão os seguintes Deputados:

1 — Muggiati Filho;

2 — Sebastião Rodrigues Júnior.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder do Governo e Arena, indica os Senhores Deputados Armando Queiroz, Antonio Lopes Júnior, Paulo Camargo e Luiz Roberto Soares, para comporem a Comissão que tratará da Implantação do Instituto de Previdência dos Parlamentares.

Sala das Sessões em 12 de junho de 1972.

(a) — João Mansur.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer que, ouvido o Plenário, seja endereçado ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Ministro do Exterior e ao Chefe da Delegação Brasileira à Conferência sobre o meio ambiente, levada a efeito em Estocolmo, um voto de aplauso e de irrestrito apoio deste Estado às teses sustentadas naquele conclave internacional, em defesa do futuro dos países em desenvolvimento, ameaçado pelo tardio zelo dos países altamente desenvolvidos em preservar o ambiente terrestre dos efeitos da poluição por eles causada.

Sala das Sessões em 12 de junho de 1972.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não nego a minha condição de fã e torcedor do Clube Atlético Paranaense; evidentemente respeito as demais agremiações esportivas do Paraná, mesmo porque, creio que o Paraná, no campo do futebol, caminha a passos largos para o aprimoramento de seus atletas.

No presente instante ocupo este microfone, para após merecer o crivo dos srs. Deputados, solicitar anuência para o nosso Requerimento, o qual entendemos que deva ser inserido nos Anais da Casa, um voto de congratulações a uma plêiade de jovens atletas que compõem o Clube Atlético Paranaense, bem como aos seus Diretores, pela sua brilhante "performance" obtida nos últimos dias que culminou com o título de campeão de 1.<sup>a</sup> classificação, campanha esta que deve merecer o registro nos Anais da Casa, uma vez que o Clube Atlético Paranaense não poderia perder uma só partida das 7 últimas que iria disputar três das quais, notem bem os srs. Deputados, três das quais fora das suas canchas, fora da sua casa.



O Atlético deu uma demonstração eloquente de força, de raça, de entusiasmo e ardor pela camisa rubro-negra, o seu mérito foi entendemos, um acontecimento impar porque lutando contra uma série de obstáculos demonstrando um denodado amor à sua camisa levou a melhor no último jogo, de sábado, na cidade de Bandeirantes culminando com este título tão enobrecido que é a metade do campeonato de 1.972.

O nosso requerimento, srs. Deputados, está vasado nos seguintes termos. (Lê)

"Senhor Presidente":

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o encaminhamento à Diretoria do "Clube Atlético Paranaense" e ao elenco de atletas que constituem a sua brilhante equipe de futebol profissional, um voto de congratulações pela magnífica campanha realizada no turno de classificação do campeonato paranaense, culminando com o título de "campeão" do referido turno conquistando arduamente na data de 10 do corrente na cidade de Bandeirantes.

Considerando a brilhante trajetória do "Clube Atlético Paranaense" ru-mo ao título máximo do futebol paranaense, solicitamos que seja inserido nos Anais da Casa, um voto de louvor pela exuberante atuação da equipe rubro-negra que honra e eleva o desporto do Paraná.

Solicita que se dê conhecimento do teor do presente requerimento ao Doutor Lauro do Rego Barros, Presidente do C.A.P.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972".

Nada mais justo, srs. Deputados, que o registro, nos Anais da Casa, deste acontecimento. Realmente merece o Clube Atlético Paranaense esta homenagem, que por certo, será aprovada pelos srs. Deputados. Prestaremos assim, uma justíssima homenagem ao Clube que enverga a camisa rubro-negra. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Vimos à Tribuna na tarde de hoje, para procurar corrigir ou reparar injustiças que foram cometidas, no nosso entender, pelo jornal "O Estado de S. Paulo" contra o Governador Parigot de Souza. Em sua edição de 7 corrente mês, o Estado de S. Paulo dá a seguinte nota: (Lendo).

"No Paraná, o pagamento atrasa. Dez mil funcionários contratados pelo Estado do Paraná, estão com seus vencimentos atrasados há mais de três meses. Entre eles, encontram-se professores suplementaristas, serventes, inspetores de ensino e fiscais contratados pela Secretaria da Fazenda e pessoal de vários Departamentos da Secretaria de Segurança. O Deputado Antonio Belinati, MDB de Londrina, denunciava da Assembléia, qualificando de irresponsável, o tratamento dispensado ao funcionalismo pelo Governador Parigot de Souza. Dizia que estes funcionários, não contam com nenhuma assistência médico-hospitalar e sofrem constantemente vexames, sem condições de saldar em dia os compromissos do comércio e nos bancos, e que este tratamento condenável começa pelos baixos salários que lhes são pagos. O Governador tem recebido ultimamente muitas críticas na Assembléia, inclusive, por haver sancionado o abono de apenas 12% ao funcionalismo, quando todos esperavam 20%".

No início da minha locução eu dizia, que era uma injustiça o que o "Estado" publicava, e sem dúvida nenhuma talvez, por não ter uma orientação correta e certa o nobre Deputado Antonio Belinati, que eu lamento não esteja hoje nesta Sessão para ouvir e verificar a injustiça que cometeu aqui. O primeiro tópico do jornal, fala dos suplementaristas. É público e notório que o prazo para a concessão de aulas dos suplementaristas vai até 30 de junho. As portarias dos suplementaristas automaticamente são implantadas pela D.D.F., fazendo com que os vencimentos sejam pagos normalmente.

Ora, não há razões para sofrer críticas o Governo quando não recebe as portarias das indicações das aulas suplementares.

O segundo item do jornal, fala sobre as serventes, de quem nós tivemos o cuidado, através da Inspeção Regional de Curitiba de fazer o levantamento do seu pagamento. E está em nosso poder o Ofício n. 196-72 que diz. (Lendo):

"Sr. Deputado, sabedora da polêmica levantada sobre os vencimentos das serventes contratadas e também do interesse, de V.S. em esclarecer o ocorrido, encaminhamos uma relação ao estabelecimento de Ensino que estiveram presentes ontem, dia 7 de junho, até às 19,30 nesta Inspeção Regional de Ensino para receber os referidos vencimentos. Aproveito a oportunidade para renovar as expressões de alta estima e distinta consideração. Elena Francisca Mazuck Poli, Inspectora Regional de Ensino, da Primeira Região". Segue-se aqui a relação do Grupo n. 1, até o grupo n. 152, com os seus cheques e os seus valores, correspondentes ao pagamento das Serventes de cada um desses estabelecimentos; o que significa dizer que também não é verdade o que diz "O Estado de São Paulo".

O terceiro item fala...

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Esta carta da Inspeção participa que as serventes estão convidadas a receber?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — A Carta diz e demonstra, através de documentação o cheque, o valor do cheque que foi entregue pela Inspeção a cada estabelecimento de ensino. Citei um exemplo: — nome do Estabelecimento número 1 — Primeira Inspeção geral de Ensino Cheque número 250.592, valor do numerário entregue, 2 mil, 272 cruzeiros; Jardim de Infância Emilia Ericksen, Cheque número 250.593 valor 852,00 cruzeiros e assim sucessivamente, até o estabelecimento 152 que é o Grupo Estadual Alvarenga Peixoto de Almirante Tamandaré Cheque número 250.769, valor 568,00 cruzeiros.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Aproveitando a bondade de V. Exa. só mais um esclarecimento: — esta relação refere-se a servente da capital ou também se refere ao interior?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — No último item, Almirante Tamandaré, tem também Campina Grande tem Rio Branco do Sul, tem Araucária, tem Iguaçu.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Jurisdição da Primeira Inspeção?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Jurisdição da Primeira Inspeção. Mas ocorre que face a escassez do tempo, a primeira Inspeção não pode nos fornecer a documentação das demais. Mas está tudo pronto e à disposição dos Deputados que queiram ver.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. esclarece que todas as serventes, inclusive do interior, todas as contratadas receberam?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Todos os pagamentos foram entregues às Inspeções Regionais de Ensino, cheques do Banco do Estado, conforme esta documentação que estou apresentando.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Fico muito satisfeito de ouvir V. Exa. dando este esclarecimento à Casa.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — O terceiro item refere-se aos inspetores de ensino. Todos sabem que o cargo de inspetor de ensino ou auxiliar de ensino é um cargo em comissão. Assim sendo, recebe apenas função gratificada pela prestação de serviços.

Na um estudo que está em fase de conclusão, determinado pelo Sr. Governador do Estado, e que depende só de liberação de verbas da parte da Secretaria da Fazenda o que significa dizer que o cargo em comissão deve ser pago religiosamente. Porque que se ele não tem a designação não pode ter também a nomeação.

O quarto item, Fiscais Fazendários.

Temos o seguinte Expediente: (Lendo).

"Temos a honra de vir à presença de Vossa Excelência no sentido de informar que o pessoal da categoria de contratados pertencentes a esta Pasta, em serviço no interior e na Capital do Estado, tiveram seus salários relativos ao mês de maio do corrente exercício, depositados na agência do Banco do Estado do Paraná — Agência Poderes Públicos, no dia 2 de junho de 1972, conforme verifica-se da fotocópia em anexo, cujos créditos foram efetuados dias 6 e 7 respectivamente, de adorno com a informação daquele estabelecimento bancário a este Gabinete.

Este expediente vai devidamente assinado pela Chefia deste Gabinete, tendo em vista o Exmo. Sr. Secretário encontrar-se na Guanabara em objeto de serviço.

Apresentamos a V. Excelência os protestos de apreço e consideração. (Assinado — Joaquim Gonçalves)".

A fotocópia mencionada e em anexo diz o seguinte: (Lendo).

"Departamento de Rendas Internas — Sede processo n. 3598, valor Cr\$ 8.368,80.

Departamento de Rendas Internas — 1.º DRF, processo 3599, valor Cr\$ 6.663,13.

Referentes também a Ponta Grossa União da Vitória, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranavai, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão; Cascavel; Pato Branco; Apucarana".

O quinto item fala na Polícia Civil.

Temos o seguinte Expediente: (lendo)

"Senhor Diretor:

Atendendo solicitação verbal de Vossa Senhoria, esta Divisão Financeira tem a informar o seguinte:

I — Conforme fotocópias anexas (autorização Governamental e folha de Serviços de Caráter Eventual), foi efetuado o pagamento da Diretoria da Polícia Civil, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 1972.

II — Conforme fotocópias anexas (autorização Governamental e folha de Serviços de Caráter Eventual), foi efetuado o pagamento do Instituto de Identificação, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 1972.

III — Com referência ao pagamento de Serviços de Caráter Eventual, da Diretoria da Polícia Civil, do mês de maio de 1972, já foi feito empenho o qual encontra-se na Secretaria da Fazenda para ser autenticado e após será feita a ordem de pagamento, sendo que o mesmo deverá ocorrer o mais tardar até o dia 14 de junho de 1972.

Atenciosamente

Eudes Ribas Guimarães

Chefe da Divisão Financeira".

Em anexo temos a seguinte fotocópia: (lendo)

"Senhor Governador:

Cumpr-me levar a elevada apreciação e aprovação de Vossa Excelência, os nomes das pessoas que prestarão serviços em caráter eventual, na Polícia Civil, durante o corrente exercício, como segue: Adalberto D'Almeida, Adilse dos Santos, Amaury Pereira Rosa, Alzirinha Simões de Mello, Antonia Novinski, Antonia Nunes, Daniel Cipriano, Irda Grein Maciel, Iracema Rodrigues Ramos, Izabela Costa Rosa, Leony Terezinha Padilha, Lilian Marilda Gonzales, Lourdes Afonso dos Santos, Loris Suckow, Lucia Karpinski, Barbosa, Lucinda Continh, Maria da Luz Neves, Maria Cordeiro, Maria Florinda Vicente, Maria Francisca Vidal Machado, Maria Madalena Selenko, Maria Pinheiro Fontoura, Maria Sônia de Almeida Rodrigues, Olívia Grein Maumann, Osvaldo Flor, Renato Zwierzchewski, Ruth da Silva, Ruth de Souza Hass, Shirley Prestes dos Santos, Terezinha Secher, Vitória Campos e Márcio Fernandes Pereira.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência, os protestos de estima e consideração.

Ass. Mário Carneiro Portes — Secretário de Estado.

Excelentíssimo Senhor

Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

PALACIO IGUAÇU, em 21 de fevereiro de 1972".

Em seguida temos em mãos as folhas de pagamento com os nomes já citados.

Com relação a Polícia Civil, seguem as seguintes notas: (lendo)

"Senhor Governador:

Apesar do disposto na Circular n.º 5-71 — SENG — de 14 de abril de 1971, tendo em vista a necessidade do serviço, tomo a liberdade de solicitar de Vossa Excelência autorização em caráter excepcional, para que o pessoal relacionado em anexo ao Ofício n.º 22, de 3 do corrente, da Diretoria da Polícia Civil, possa prestar Serviços em Caráter Eventual àquele órgão, mediante as retribuições constantes da referida relação.

Cumpr-me informar a Vossa Excelência que a colaboração do pessoal em causa é absolutamente imprescindível à Diretoria da Polícia Civil, tendo em vista a falta de pessoal nos quadros daquele órgão, e a extrema necessidade do serviço conforme se depreende da justificativa anexa.

A despesa deverá correr à conta da dotação 71-2.5-43-05-1, Consignação 3.1.3.0, Subconsignação 3.1.3.0.20 — Serviços de Caráter Eventual, cujo saldo disponível comporta a despesa.

Ass. Mário Carneiro Portes — Secretário de Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná.



# PALACIO IGUAÇU.

Portanto, dissemos que "O Estado de São Paulo" cometeu um equívoco, ou engano, acreditamos que tenha sido mais um equívoco do próprio redator, ou talvez do correspondente no Paraná, do que propriamente baseado na denúncia formulada pelo Deputado Antônio Belinati, desta tribuna. Lamentamos que S. Exa. não esteja presente aqui, para nos esclarecer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente Sr. Deputado João Fadel.

O SR. JOÃO FADEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O problema relacionado com as áreas de retração econômica em nosso Estado tem sido quase que uma tônica nos últimos pronunciamentos nesta Casa.

De igual maneira, nós que temos a nossa origem política na região do VALE DO IGUAÇU, também temos sentido os anseios e o desespero com que luta a população daquela região.

Preocupados com essa situação, redigimos um Projeto de Lei que vamos submeter à apreciação da Casa, no dia de hoje, criando uma entidade, para aprovação do Sr. Governador, entidade a cargo da qual deverá ser levado o desenvolvimento à região que vem sofrendo um processo de desgaste.

Esta vasado nos seguintes termos, o Projeto de Lei: (lendo)

## "PROJETO DE LEI N.º 79-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma empresa pública de economia mista, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu.

§ 1.º — A autarquia exercerá suas atividades nos Municípios integrantes da região do Vale do Iguaçu, através de pesquisas, levantamentos sócio-econômicos, pecuário, indústria, comércio, turismo, energia elétrica, educação, transporte, comunicações, saneamento e saúde, mobilizando recursos para reativação do processo de desenvolvimento integrado de toda a área.

§ 2.º — Para fins de estabelecimento dos limites de sua área de atuação o Governo do Estado deverá definir em Lei os Municípios que pertencem a região geo-econômica do Vale do Iguaçu.

Art. 2.º — Na constituição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu, o Governo do Estado reservará para si através dos órgãos que entender devam integrar a entidade o índice de 51% (cincoenta e um) por cento do total do capital social que vier a ser fixado, deixando os restantes 49% (quarenta e nove) por cento à subscrição de agências financeiras particulares ou estatais, a órgãos do Governo Federal e à iniciativa privada, nas pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 3.º — A presente Lei deverá ser regulamentada pelo Governo do Estado, através de Decreto que passará a fazer parte integrante da mesma, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua sanção.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) — João Fadel.

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instrumentar adequadamente o Governo do Estado para que possa vir a ter possibilidade de atuar efetivamente na região geo-econômica do VALE DO IGUAÇU, dentro de um planejamento global que enseje a reativação do processo de desenvolvimento dos municípios que da mesma fazem parte, promovendo a superação das causas determinantes do retrocesso econômico da área e enfim, impulsionar a reintegração das unidades municipais e suas populações na dinâmica de evolução tecnológica e desfrute do bem estar social imperantes no contexto estadual, globalmente considerado.

Entretanto, esta intervenção do poder público há que ser feita por método planejado, tendo por agente uma entidade que possa não só dedicar-se às pesquisas para verificação da realidade sócio-econômica da região como um todo e de cada um dos seus municípios, mas, também, com capacidade de concretizar dinamicamente as soluções propostas para os problemas identificados, seja por atuação direta de sua própria estrutura, seja como agente intermediário dos demais setores governamentais ou da iniciativa privada que persigam o objetivo comum na promoção de condições para a retomada do processo de desenvolvimento do VALE DO IGUAÇU.

Foi dentro desse entendimento que nos propusemos a apresentar o presente Projeto de Lei que cria a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU, sendo de salientar-se que optamos por uma empresa pública de economia mista porque um órgão desta natureza dentro da sistemática do Governo Federal de ampliar cada vez mais o espectro dos incentivos e recursos fiscais para zonas de recessão econômica, tem melhores condições para firmar convênios e acordos dada à flexibilidade da sua estrutura jurídica e administrativa, além de possibilitar também o concurso, na formação de seu capital social, de outros órgãos estatais ou para-estatais, além de empresas privadas, sejam pessoas físicas, sejam jurídicas.

Feitas estas considerações, mas levando-se em conta a necessidade de melhor projeção dos problemas que estão a estrangular o desenvolvimento regional do VALE DO IGUAÇU passaremos a fazer uma rápida análise descritiva da área, com alguns comentários a respeito dos índices percentuais de população urbana e rural, densidade demográfica e aspectos físicos da região.

## 1. A REGIÃO

O VALE DO IGUAÇU — Alto e médio — compreende as micro-regiões de São Mateus do Sul, cujo relevo apresenta-se bastante movimentado. A cobertura vegetal é, predominantemente, a mata de Araucária sendo a atividade madeireira bastante expressiva. A economia da região baseia-se na agricultura de subsistência. A atividade pecuária na criação de suínos é também significativa. Ocorrência de xisto betuminoso com reserva prospectada considerada a maior do mundo; e a do Médio Iguaçu, que apresenta características físicas variadas. No trecho oriental as superfícies são elevadas com encostas rígidas; no trecho oriental, os níveis são mais baixos com formas suaves. A mata de Araucária está disseminada por toda a região, sendo que nos campos é praticada a pecuária extensiva do gado de corte. No alto e médio Vale do Iguaçu é encontrada a erva mate, se bem que a cultura esteja em fase de decadência.

Integram a região do VALE DO IGUAÇU as cidades de Antonio Olinto,

Balsa Nova, Contenda, Paulo Frontim, Paula Freitas, Pôrto Amazonas, Pôrto Vitória, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e União da Vitória, com área total de 13.064 (treze mil e sessenta e quatro) quilômetros quadrados equivalente a 6,56% da área total do Estado; e com uma população de 169.382 (cento e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois) habitantes, representando 2,44% do total demográfico do Paraná.

## 2. AS CIDADES

Quase todas as cidades do VALE DO IGUAÇU desenvolveram-se em decorrência do surto da erva mate, em fins do século XIX e com apogeu nos princípios do Século XX, quando o Paraná alcançou a liderança nacional na produção ervaiteira.

As populações das cidades são constituídas eminentemente pelas correntes migratórias da Europa Central e Oriental que transplantaram para o novo "habitat" seus usos e costumes na relação homem/terra com significativos reflexos no desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região.

## 2.1 — Demografia

Nenhuma das cidades integrantes do VALE DO IGUAÇU atingiu nível de grande centro urbano em virtude de suas populações se radicarem predominantemente na zona rural, sendo, por isso, relativamente escassa a densidade demográfica das áreas urbanas, conforme se vê no quadro abaixo:

Municípios	População	
	urbana	rural
Antonio Olinto . . . . .	217 —	6.986
Balsa Nova . . . . .	1.235 —	3.502
Contenda . . . . .	1.135 —	6.134
Paulo Frontim . . . . .	793 —	4.527
Paula Freitas . . . . .	588 —	4.135
Pôrto Amazonas . . . . .	2.202 —	735
Pôrto Vitória . . . . .	692 —	2.433
São João do Triunfo . . . . .	1.173 —	9.141
São Mateus do Sul . . . . .	6.147 —	17.588
União da Vitória . . . . .	30.133 —	9.941

FONTE: Sinopse preliminar do Senso Demográfico no Paraná — IBE.1970

Por outro lado a densidade demográfica no VALE DO IGUAÇU como um todo, também não acompanhou o índice de crescimento anotado para as demais regiões do Estado conforme pode-se verificar no quadro demonstrativo adiante:

## Incrementos Populacionais

Decênios	Estado	Vale do Iguaçu
1940/1950	71.12%	12.11%
1950/1960	103.09%	8.01%
1960/1970	62.87%	11.56%

Fonte: Citada.

Verifica-se na consulta deste quadro que é grande o grau de aceleração de retrocesso econômico da região, pois, justamente quando o Estado do Paraná alcançou seu maior índice de aumento demográfico é que o VALE DO IGUAÇU atingiu sua mais baixa taxa de aumento (?) populacional.

## 2.2 — Estrutura

Com a decadência da cultura ervaiteira e a paralização da navegação de cabotagem que iniciando-se em Pôrto Amazonas estendia-se por mais de 350 (trezentos e cinquenta) quilômetros pelo leito do Rio Iguaçu levando o progresso a todas as cidades do vale, alguns Municípios, ante a evidência da impossibilidade de uma reversão de expectativa pretenderam uma derivação para a indústria madeireira, que no entanto, não pode expandir-se significativamente devido ao isolamento da região, que não dispunha, como ainda não dispõe, de sistema rodoviário que possibilite o escoamento satisfatório da produção.

De um modo geral inexistindo infra-estrutura econômica definida no binômio transportes e comunicações e infra-estrutura social representada por educação e saneamento, a região não teve como superar a fase de estagnação e, após resistir algum tempo com os meios que lhe eram residuais, viu acelerar-se o processo de regressão econômica, que não pode ser detida também pela atividade agrícola dado o relativo atraso de toda a região na técnica de cultivo da terra para alcançar significativos índices de produtividade.

## 2.3 — Integração

O Rio Iguaçu tendo sido sempre o único meio de comunicação da região com os centros urbanos constituiu-se, também, findo o ciclo da erva mate em fator de isolamento das cidades do vale que se viram marginalizadas social, econômica e culturalmente do contexto de desenvolvimento das demais regiões do Estado formando ali um bolsão de atraso e de resistência ao progresso.

Foi causa eficiente para o fenômeno a omissão do Poder Público que, em seus programas de transporte e comunicações nunca incluiu a região no esquema de investimentos. Além de haver permitido que agências de serviço público — bancos, postos de saúde e escolas, — deixassem de funcionar ou exercessem atividade a título precário criando no espírito daquelas populações a certeza de uma condenação sem justificativa, mas que foi e está sendo executada com inexorabilidade.

Ramais ferroviários foram suprimidos sob a alegação de elevado custo operacional e baixa rentabilidade; a atividade agrícola não recebeu incentivos de financiamento nem orientação técnica que lhe possibilitasse evolução dentro dos modernos padrões de produção; a pecuária não foi beneficiada nos programas de renovação dos rebanhos e melhoria dos plantéis; a indústria não recebeu nenhum incentivo de ordem fiscal ou financeiro que lhe ensejasse fixação na região; finalmente, o comércio, como corolário natural de todos esses fatores negativos entrou em fase de desmoronamento pois uma eventual tentativa de sua ampliação via-se barrada pela impossibilidade de rendimento. Já que o poder aquisitivo das populações baixou a nível ínfimo pela redução do meio circulante.

E, paradoxalmente, a energia elétrica cuja ausência é fator preponderante no impedimento de qualquer área econômica, ali no Vale do Iguaçu é abundante sendo que a oferta supera de muito a demanda.

Com estas considerações damos por terminada a rápida descrição analítica da região do Vale do Iguaçu e pelos fatos constatados podemos firmar diagnóstico de que a atual situação de decadência econômica — principalmente, — da área, é devida à ausência do Poder Público que deveria atuar



como elemento impulsor do desenvolvimento, justamente quando a significação sócio-econômica da cultura da erva mate começou a decair.

Assim, o presente Projeto de Lei pretende, com a criação da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU o seguinte:

I — Que o Governo do Estado adote uma política de engajamento decisivo para promover a reintegração sócio-econômica-cultural dos municípios da região, abandonando a postura do comprometimento mínimo como até agora, incomprensivelmente, se tem colocado.

II — Que aceite a responsabilidade de financiar a execução de um programa integrado de desenvolvimento da região a longo prazo, sem deixar de atender às suas necessidades imediatas nos pontos mais críticos da estagnação econômica.

III — Que os financiamentos dos diversos programas se façam predominantemente com fundos públicos, e secundariamente por inversões privadas, visto que a tarefa mais imediata seria a construção da infra-estrutura econômica: transportes — e comunicações; — e da infra-estrutura social — educação e saneamento, — campos em que a atividade estatal por variadas razões, inclusive as de segurança, deve exercer papel predominante.

IV — Que os empréstimos e financiamentos fossem realizados em condições flexíveis, facilitando-se não só a aquisição de máquinas e equipamentos, mas também despesas locais de construção, a prazos longos e juros baixos em vista da rentabilidade lenta ou indireta dos investimentos.

Com este elenco de sugestões a que podem ser anexadas outras que deem maior extensão e profundidade à atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu, cuja criação estamos propondo à consideração do ilustrado Plenário desta colenda Assembléia Legislativa, o Governo do Estado do Paraná, ficará capacitado a agir eficientemente contra as causas estruturais que determinaram a regressão econômica da região, sendo que a entidade elaborará programas específicos para cada município, individualmente, mas integrados no planejamento global da área e que, de modo geral, poderá ser orientado nas seguintes linhas:

A — Mobilização de Recursos para Favorecimento e Incentivo às Indústrias da Região.

A.1 — Criação de um fundo de financiamento destinado a financiar operações de compra de máquinas e equipamentos de produção estadual, com recursos provenientes de linhas de crédito do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP —, e através de acordos e convênios, especiais com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE.

A.2 — Criação de Fundo de Financiamento de capital de giro às empresas produtoras de bens manufaturados, através de linhas de crédito obtidas por acordos ou convênios com Agências Financeiras oficiais ou particulares.

#### A — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FAVORECIMENTO E INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS DA REGIÃO

A.3 — Criação de Fundo de Pré-Investimento para financiamento de projetos de implantação de novas unidades industriais, através de linha de crédito a ser obtida através de convênio ou acordo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE.

#### B — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPULSO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

B.1 — Promover a eletrificação rural através da Companhia Paranaense de Eletricidade — COPEL — após a formação de cooperativas de moradores de cada zona a ser beneficiada e sob orientação do Governo Federal que mantém programa especial no setor.

B.2 — Promover a construção de uma rede de silos e armazéns, através da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA —, para preservação da produção agrícola da região e garantia de compensação financeira ao produtor.

B.3 — Promover a elevação dos índices de produtividade, através de convênio com a ACARPA, após haver sido procedida a análise de solo das diversas áreas, para identificação do tipo de cultura adequada à cada uma.

#### C — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA APROVEITAMENTO DA MÃO-DE-OBRA

C.1 — Eleger o grau de escolaridade da região através da disseminação de unidades escolares em toda a área e instituição de calendários agrícolas especiais, pela Secretaria de Educação e Cultura.

C.2 — Promover a criação de cursos técnicos de nível médio, nos centros urbanos mais significativos da Região, através da Fundação de Desenvolvimento do Ensino no Paraná — FUNDEPAR — e por convênios com o Governo Federal.

#### D — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A REATIVAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

D.1 — Restabelecer a navegação de cabotagem no Rio Iguaçu, em toda a extensão navegável, e promover a dragagem dos baixios para aproveitamento de toda a hidrovía.

D.2 — Incentivar a implantação de indústria naval de pequeno porte.

D.3 — Incentivar programas de saneamento das cidades da região através da assistência da SANEPAR e com financiamento de entidades nacionais e internacionais.

D.4 — Executar programa especial nos setores de transportes e comunicações pelo menos para as cidades-polo da região.

D.5 — Promover convênio com a Companhia de Petróleo Brasileiro — PETROBRAS —, no sentido de que a Usina do Xisto, em São Mateus do Sul, promova investimentos de fundo social visando o desenvolvimento daquela comunidade e das demais, que lhe estão próximas.

D.6 — Orientar as Prefeituras Municipais das cidades da região, através da FAMEPAR ou por convênios com órgãos municipalistas federais, na elaboração dos programas plurianuais de investimentos e fixação de prioridades para obras de infra-estrutura.

D.7 — Criar um programa de turismo para a região através de convênio com a Companhia Paranaense de Turismo — PARANATUR — visando à implantação de unidades de suporte, como comércio hoteleiro e de artesanato regional.

São estas as coordenadas através das quais podemos antever a redenção do Vale do Iguaçu e que foram coligidas após estudo da realidade sócio-econômica-cultural da região e de fatores exógenos que também in-

fluíram no retrocesso de toda aquela área. Evidentemente, um órgão como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu não esgotará suas finalidades apenas no cumprimento das medidas propostas, pois que a natural evolução da tecnologia e sua aplicação determinará novos horizontes operacionais e, a longo prazo, ou se formos, otimistas a médio prazo, ela poderá vir a ter importância primordial na ordenação do processo de desenvolvimento de todo o sul do Estado do Paraná, bastando, para isso, que sendo criada como agora estamos propondo, a sua regulamentação pelo Governo do Estado seja balizada pela característica de órgão técnico de planejamento e que as suas decisões se baseiem sempre em estudos e levantamentos de cada área onde pretenda atuar, sem perder de vista a globalidade do programa geral.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, que estas minhas palavras sejam de fôlego à iniciativa que acaba de tomar, propondo um Projeto de Lei de tamanha envergadura, que por certo instrumentará a região do Vale do Iguaçu, a buscar a sua reatuação e econômica. Eu teria uma série de considerações a fazer a propósito do assunto, mas dada a escassez do tempo, quero me limitar a alguns pontos.

Em primeiro lugar, porque ainda desconhecendo o plano do Governo que deverá ser apresentado amanhã, denominado diagnóstico e diretrizes de ação, eu estou na expectativa de que este plano de alguma maneira contente o sul do Estado do Paraná e principalmente o vale do Iguaçu, e não só esta região como tantas outras do Paraná, que vivem hoje em processo de estagnação e econômica, criando verdadeiros bolsões de subdesenvolvimento e econômico incrustados no Estado, que de resto não apresenta uma taxa de desenvolvimento satisfatório.

Ocorre, Sr. Deputado que infelizmente e somos obrigados a reconhecer, que o Estado do Paraná não dispõe de uma estrutura administrativa capaz de enfrentar o desafio de nossa época. Assim, por exemplo, é um dos Poucos Estados no Brasil que não dispõe de um órgão de planejamento em termos globais. Vários outros Estados, dispõem até mesmo de Secretaria de Planejamento. O Estado do Paraná apresenta a mesma estrutura administrativa de quase 20 anos atrás, sem nenhuma inovação modernizante capaz de equacionar ou de conduzir à solução de uma problemática que lhe seja pertinente. E acredito que o Projeto que V. Exa. vem submeter a esta Casa virá colaborar para suprir esta falha. Mas manifesto aqui um certo pessimismo em relação à receptividade que esse Projeto possa ter exatamente na razão direta em que parece, que o Estado do Paraná ainda não se deu conta que o problema básico do Paraná hoje é exatamente em relação aos tais bolsões de subdesenvolvimento.

Assim o norte velho apresenta micro-regiões incrustadas dentro da área total, em condições horribes, e o centro oeste, a mesma coisa. Até mesmo o Norte do Paraná, outrora apresentando uma taxa espetacular de desenvolvimento, é possível verificar a recessão econômica. E se formos percorrer o Estado, verificaremos que o Paraná está vivendo basicamente em função de 5 ou 6 polos de desenvolvimento.

Nessas circunstâncias, desde já, quero deixar claro o meu total apoio e também minha solidariedade, para que se torne uma realidade o Projeto que V. Exa. está apresentando e resguardando-me para um posterior debate mais aprofundado, após o conhecimento do diagnóstico e diretrizes de ação, que o Governo deverá apresentar amanhã, ao mesmo tempo solicitando a V. Exa. que na eventualidade desse diagnóstico e diretrizes de ação, não contemplan a região sul, para que todos nós marchemos numa frente única, solicitando providências mais realísticas e mais coerentes em favor daquela região.

Era o meu aparte.

O SR. JOÃO FADEL — Obrigado, nobre Deputado, cujo aparte muito me honrou. E eu gostaria de esclarecer, que a nossa antecipação à reunião de amanhã, foi proposital, porque nós vimos o que aconteceu há pouco tempo quando o Departamento de Estradas de Rodagem, deu conhecimento do plano de obras rodoviárias. Nós vimos uma zona, região espetacular do Estado e do Norte Pioneiro, que foi o sustentáculo econômico do nosso Estado, de onde partiu a cultura do café, e deu origem a todo o desenvolvimento e formação do norte novíssimo, foi a base econômica e financeira de todo o nosso Estado, inegavelmente, completamente abandonada, sendo que não tinha, no Projeto do DER, uma estrada asfaltada que ligasse Jacarezinho a Jaguariava e Wenceslau Braz, completamente abandonada. Posteriormente, a divulgação do plano rodoviário, foi que se iniciou um grande movimento para que fosse feita uma correção, cuja correção o Governador Parigot de Souza atendeu e mandou que se efetuassem as despesas.

Para que o nosso pronunciamento não viesse tardiamente, antecipo-me à reunião de amanhã e, com a certeza de contar com o apoio dos Deputados que também militam e representam a região do Iguaçu iremos lutar para melhorar as condições de vida naquela região.

O Sr. Domicio Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado João Fadel, queremos nos congratular, em idênticas condições ao Deputado Luiz Roberto Soares, pela feliz iniciativa de V. Exa. Estamos aqui nesta Casa para dar nosso apoio incondicional a iniciativas desta natureza. Queremos lembrar que outros Municípios de nossa região, como Porto Vitória, Cândido Machado, Bituruna e Gal. Carneiro, caso se concretize o que V. Exa. pretende serão também beneficiados porque são considerados Municípios do Vale do Iguaçu. Nossas congratulações por esta feliz iniciativa.

O SR. JOÃO FADEL — Obrigado, ilustre Deputado, (lendo):

"Além do mais, dispondo o Paraná de uma classe empresarial ativa e progressista fácil será antever-se um interesse dinâmico e presença efetiva da mesma assim que lhe forem criadas condições mínimas de operar com certa margem de segurança e garantia de rentabilidade, sendo certo e do conhecimento geral que ao comércio e indústria devemos a posição especial do Estado na colaboração para a elevação do produto bruto nacional.

Finalmente, é oportuno salientarmos que a Refinaria de Petróleo que a PETROBRAS está fazendo construir no Município de Araucária, dada a grandiosidade da obra e o vulto dos investimentos que ali serão aplicados também agir como polo irradiador do desenvolvimento de todo o Vale do Iguaçu e que caberá a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU orientar adequadamente a captação e aplicação dos recursos na própria região.

Invocando os supramencionados Nobres Deputados, para completarem o que faltou na sucinta análise da situação e justificativa do Projeto de Lei ora apresentado, queremos aqui reiterar nossa certeza de que a proposição receberá o honroso e indispensável apoio do povo do Paraná aqui representado porque, em última instância, ele visa dar à ponderável parcela de



nossa população o ensejo de sobrepujar a miséria e o atraso e reintegrar-se no conceito de progresso e desenvolvimento que empolga nosso Paraná".

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, terceiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A região que, nesta Casa, juntamente com outros Srs. Deputados, temos a honra de representar, o Sudoeste paranaense, tem, e é do conhecimento de todos, evidenciado um progresso digno de registro. E tem se desenvolvido e tem progredido à custa da iniciativa daqueles que lá trabalham, muito pouco secundada pelo poder público.

As estradas do Sudoeste paranaense merecem uma crônica à parte. Talvez nenhuma outra região do Estado esteja a necessitar da atenção do Governo no que diz respeito às estradas como o Sudoeste do Paraná.

Ainda há poucos dias, comparecia, juntamente com os nobres Deputados Cândido Martins de Oliveira e Arizone Araújo, à Secretaria do Governo, para reivindicar a ligação asfáltica de Pato Branco a Francisco Beltrão. E de lá saímos otimistas tendo em vista a boa vontade e a disposição demonstradas pelo Sr. Secretário no que diz respeito à possibilidade de realizar aquela obra, obra essa que se destinava a complementar a ligação asfáltica que se desenvolvia de Marmeleiro a Barracão, na fronteira com a República Argentina.

Entretanto, para surpresa nossa, aquela estrada que nós reivindicávamos e que tínhamos a esperança de obter, não obtivemos quaisquer ratificações, até o momento, das disposições do Sr. Secretário de Estado. Mas a surpresa nossa reside, justamente, no fato de que aquela estrada Marmeleiro-Barracão, que tínhamos como certa, e cujos trabalhos estavam em desenvolvimento, parece que não mais irá prosseguir em seu asfaltamento, porque, as notícias que temos é de que foi encerrado o contrato com a firma que estava encarregada da implantação básica e asfaltamento da referida estrada, estrada essa que interessa de forma fundamental à região que representamos nesta Casa. Daí a nossa preocupação, a necessidade de sentir, de obter os esclarecimentos necessários acerca dos motivos que nos chegaram, para que possamos levá-las ao conhecimento da gente do Sudoeste Paranaense.

Por essa razão, Srs. Deputados formulamos, à Casa, um Requerimento de Informações, porque, repito, interessa sobremaneira a gente do Sudoeste o asfaltamento dessa estrada. E não temos dúvidas que a Assembléia irá aprová-lo e ele será remetido ao Sr. Diretor Presidente do DER.

O requerimento está vasado nos seguintes termos:

(Lê o requerimento constante do Expediente da Sessão anterior)

Ora, Srs. Deputados, o asfaltamento da estrada que liga Marmeleiro a Barracão, os trabalhos de implantação básica, vêm se processando há longos anos. Interrupções forçadas, e quase todas devido ao Departamento, ocorreram no curso desses longos anos, tanto assim que a obra que inicialmente tinha um custo previsto em torno de 5 milhões, hoje teve esse mesmo custo orçado em cerca de 22 milhões. Os aditivos foram solicitados com base nos índices fixados pelo próprio Departamento e as propostas desse aditivo foram remetidas aos órgãos competentes. Receberam pareceres favoráveis. Foram feitas as diligências necessárias para que afinal o pedido, devidamente instruído, pudesse ser submetido ao Conselho Administrativo e ao Conselho Rodoviário.

Com pareceres favoráveis o processo foi submetido à apreciação do Conselho Administrativo e lá recebeu aprovação. Entretanto, chegando ao Conselho Rodoviário, esse mesmo processo recebeu do relator opinião para encerramento do contrato com a firma encarregada do trabalho.

Quero fazer uma pergunta: E agora a estrada vai continuar ou não vai? O que o DER pretende fazer com a estrada que liga Marmeleiro a Francisco Beltrão? São perguntas cuja resposta diz respeito diretamente aos interesses da região que represento nesta Casa.

Ainda mais, parece-me que as razões, segundo estou informado, alegadas pelo relator no processo do Conselho Rodoviário, não constituem normas nas condições daquele Conselho. Parece, repito sempre que estou informado, que estão adotando dois pesos e duas medidas, prejudicando o sudoeste paranaense, e adotando critérios diferentes de favorecimento para trechos de estradas de outras regiões do Estado do Paraná, como no caso, o trecho que liga Campo Mourão-Pitanga.

Tenho o direito, como representante de uma região deste Estado, de ser condignamente informado nas denúncias que recebo. Por esta razão, fiz esse requerimento.

Pesa uma séria dúvida sobre a atitude adotada pelo Conselho Rodoviário e é preciso que no seu interesse, venha a esclarecer o fundamento de sua decisão. Parece que o sudoeste do Paraná teria todo o direito de esperar ajuda governamental neste período de governo, porque o atual Chefe do Executivo é um homem que conhece profundamente o Sudoeste do Paraná, que já demonstrou durante o tempo em que dirigiu a COPEL o maior interesse pelo progresso da minha região.

Por tanto, é surpresa que vejo que se interrompe, — sem se dizer se se vai posteriormente prosseguir, afinal de contas, sem se dizer o que se pretende fazer, — a construção de uma estrada cujo trabalho ia em pleno desenvolvimento.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo a esta Casa, para que aprove esse Requerimento, embora a experiência que tenho com o DER, quando se trata de requerimentos desta natureza não seja das melhores pois já há bastante tempo propus a esta Casa — e tive a satisfação de ver aprovado — um Requerimento de Informações acerca da linha de ônibus leito entre Pato Branco-Francisco Beltrão e esta Capital, requerimento que tinha um conteúdo de fácil resposta e até hoje o DER não se dignou a respondê-lo.

Pretendo examinar a data em que a Assembléia remeteu o Pedido de Informações àquele Departamento, e promover a responsabilidade daqueles diretores, uma vez que a desatenção não é para com o Deputado, é para com esta Assembléia que aprovou o Requerimento e à qual até hoje não teve nem delicadeza de respondê-lo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo com essas palavras à deliberação desta Assembléia o presente Requerimento de Informações reafirmando uma vez mais que ele procure esclarecer um fato do maior interesse para o sudoeste do Paraná. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, lido da Tribuna. Necessita de apoio. Aposado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107-71, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenharia Beltrão, o lote n.º 45-E com 4,70 hectares, seção Água Grande, da Gleba Rio Mourão naquele Município. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-71, de autoria do Dep. Acyr José, fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Desembargador Antonio de Paula", a Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, sediado na Capital do Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 223-71, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, fica declarado de Utilidade Pública, o Clube Cultural Social e Recreativo (JUDIMA), da cidade de Mandaguá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a Rodovia no Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 315, até ao Rio Piquiri, divisa com o Município de Palmítal. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-70, de autoria do Dep. David Pederman, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 235-71, de autoria do Dep. Jorge Sato, fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Maringá. — "A.P.M.", com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 7-72, encaminhando anteprojeto que introduz alterações à Lei n.º 5.971, de 24.7.69, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuário. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, — Ex-Proposição n.º 109-72 — aprova o termo de convênio celebrado em 29.7.70, entre o Instituto Brasileiro do Café, através de (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para implantação do Instituto Agrônomo do Norte do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, fica criada uma Escola Normal de Grau Ginásial em Marumbi. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 195-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Marumbi.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1970.

a) Dep. Túlio Vargas

#### JUSTIFICAÇÃO

O Projeto se justifica por si mesmo. A necessidade de professores para atender a rede de estabelecimentos de ensino primário, oficial e particular, hoje existente no Estado é premente. Especialmente, no caso do Município de Marumbi, a graduação de pessoas da própria região, distante dos grandes centros, garantirá o suprimento de mestres para a manutenção e até para a expansão do quadro de cursos primários ali estabelecidos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 195-70

AUTOR: Deputado Túlio Vargas.

SUMULA: Cria uma Escola Normal de Grau Ginásial em Marumbi.

P A R A E C E R

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

#### ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.a — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos;

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"E da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores pú-



blicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

#### ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e às condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo.

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

#### ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o Projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de novembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expeditos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: Os Estabelecimentos Oficiais de Ensino de Grau Primário e Médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente Projeto de Lei é fase anterior a criação que envolve o artigo 30, da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido M. de Oliveira

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Túlio Vargas.

PARECER ao Projeto de Lei n.º 195-70.

O presente Projeto de Lei, não apresenta matéria financeira para ser analisada.

Tratando-se da difusão de estabelecimentos de ensino no interior, tão carente de colégios, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacif

Santos Lima

Paulo Poli

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 195-70.

O Projeto em exame, visa a criação de uma Escola Normal de Grau Ginasial, em Marumbi.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já opinou pela aprovação da matéria.

O objetivo é dos mais nobres, além de se constituir numa necessidade real e premente, considerando-se principalmente a explosão demográfica verificada em todas as regiões deste Estado. Pelas razões expostas esta Comissão, opina pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator

Alvaro Dias

Santos Lima

Arizone Araújo

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199-70, de autoria do Dep. Paulo, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola de Comércio, em Mamborê e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 199-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica de Comércio "Mamborê", no Município de Mamborê para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos necessários à constituição e funcionamento da Escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1970.

a) Dep. Paulo Poli

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Mamborê, um dos mais ricos e prósperos da região Centro Oeste do Paraná, pela fertilidade de seu solo e pela distribuição das propriedades rurais atraiu uma população progressista em pleno crescimento.

Justifica-se a aprovação do Projeto de Lei em tela, considerando-se o fato de que cerca de aproximadamente 100 (cem) crianças frequentam as Escolas de ensino ginasial na sede daquele Município.

A ausência de uma Escola Técnica e Comércio impossibilita o aprimoramento de nível cultural daquela população ordeira e progressista.

Traria pois aquele ginásio um novo alento aos moços estudiosos da região, e principalmente um progresso maior em todos os setores da vida municipal.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 199-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Mamborê e dá outras providências.

#### PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevamos os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vêm sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

#### ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenções ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

#### ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, serão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e às condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Executivo.

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

#### ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispõe que o Projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30 de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expeditos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado



do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o artigo 30 da Lei 4.178, Da observação-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento aquela que autoriza:

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralelo a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lasso — Relator

Acyr José

Cândido M. de Oliveira

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sebastião R. Júnior

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Paulo Poli

PARECER ao Projeto de Lei n.º 199-70

A medida é das mais oportunas, pois trata da criação de estabelecimentos de ensino, matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta óbice de caráter financeiro.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Santos Lima

Fuad Nacli

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 199-70

1) — O Projeto de autoria do senhor Deputado Paulo Poli, autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica de Comércio, em Mamborê.

2) — A exposição feita pelo ilustre Deputado Paulo Poli, na justificativa, demonstra claramente a necessidade da medida.

3) — Assim sendo, a oportunidade e legitimidade do Projeto, o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escórsin — Relator

Santos Lima

Pinto Dias

Arizone Araújo

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo constituir a "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná" (CINTEAPA); com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito Municipal, identificadas como alimentadoras do sistema rodoviário estadual e federal. — Parecer da C.C.J. pela Rejeição.

#### PROJETO DE LEI N.º 132-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma companhia, sob a denominação de "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná" (CINTEAPA), com o objetivo de realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como "alimentadoras" do sistema rodoviário estadual e federal, bem como praticar todo e qualquer ato ligado à consecução desse resultado.

Parágrafo único — Além do Estado, poderão integrar a companhia os municípios em cujo território se achem as referidas estradas, nela ingressando por ocasião de sua constituição ou à medida em que for autorizado e resolvido o aumento do capital social.

Art. 2.º — A CINTEAPA, terá, ainda, como encargo fundamental, promover, através de empresas subsidiárias, cuja constituição fica, desde já, autorizada a implantação de uma política rodoviária intermunicipal integrada, prestar àquelas mesmas empresas, assistência técnica, fiscalizar as obras e serviços contratados e exigir das mencionadas empresas a fiel execução dos planos e programas rodoviários que elaborar.

Parágrafo único — As empresas a que alude este artigo serão constituídas mediante a reunião de municípios em regiões, na forma, prevista na Constituição do Estado, de modo que a cada região corresponda uma empresa subsidiária.

Art. 3.º — Por decisão da Assembléia Geral, a Companhia poderá ampliando o seu capital, emitir ações a serem subscritas por outros municípios, segundo o critério firmado no parágrafo único do art. 1.º e pelo Estado, na forma da lei. Os municípios, que vierem a fazer parte da Companhia, o farão, ao mesmo tempo em que, reunidos na forma do parágrafo único do artigo anterior, constituírem mais uma empresa subsidiária.

Art. 4.º — O capital inicial da CINTEAPA será de Cr\$ 1.630.000,00 (um milhão, seiscentos e trinta mil cruzeiros), dividido em 163.000 (cento e sessenta e três mil) ações de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma, todas nomina-

tivas, sendo 81.500 (oitenta e um mil e quinhentas) ordinárias e 81.500 (oitenta e um mil e quinhentas) preferenciais.

Parágrafo único — Do total referido neste artigo, o Estado do Paraná subcreverá 32.600 (trinta e duas mil e seiscentas) ações ordinárias, cabendo aos municípios que ingressarem na Companhia a subscrição do restante do capital social, na proporção da capacidade financeira de cada um.

Art. 5.º — Os dividendos que couberem ao Estado e aos municípios que façam parte da CINTEAPA serão aplicados inicialmente:

a) na integralização dos valores das ações subscritas pelo Estado e pelos municípios integrantes da sociedade;

b) na aplicação, até 20% em serviços rodoviários, ligando zonas de alta produção e abastecimento a centros de comercialização ou de consumo, que não tenham constado originariamente de Plano Diretor.

Art. 6.º — Para integralização do valor de suas ações, na CINTEAPA, o Estado do Paraná poderá utilizar bens e direitos alienáveis que possua, relacionados com o setor rodoviário e os créditos e verbas devidamente autorizadas para esse fim.

Art. 7.º — É o Poder Executivo autorizado:

a) — a designar, por decreto, o representante do Estado nos atos constitutivos da CINTEAPA — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná e das empresas subsidiárias que vierem a ser criadas;

b) — a oferecer a garantia do Estado, sob a forma de fiança, aval, endosso ou outra qualquer, às operações de crédito e aos contratos para a execução de obras e aquisição de materiais e equipamentos celebrados pela Companhia e pelas empresas subsidiárias que, com o mesmo objetivo, vierem a ser criadas;

c) — a consignar, na proposta orçamentária para 1972, verba própria para integralização do restante do valor das ações subscritas.

Art. 8.º — A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Estado do Paraná terá um Conselho Administrativo, onde, além do representante do Estado deverá haver representantes das empresas subsidiárias, na proporção de um para cada empresa.

§ 1.º — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros; sendo o voto do representante do Estado equiparado ao de uma subsidiária.

§ 2.º — A escolha dos representantes das subsidiárias será feita pelas mesmas, sendo que todos os seus integrantes terão voto igualitário independentemente do capital com que cada município entre para o empreendimento.

Art. 9.º — O Estado do Paraná responde subsidiariamente por todos os compromissos legalmente assumidos pela CINTEAPA e suas subsidiárias.

Art. 10.º — As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas no corrente exercício, pela dotação da rubrica sob código local 4.1.00. Despesas de Capital (Investimentos), no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) do orçamento vigente.

Art. 11.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1971.

(a) Deputado Nivaldo Krüger

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa que ora submetemos à consideração dos Srs. Deputados, é o meio capaz de solucionar em prazo curto, os problemas defrontados pelo Estado, para a construção de Estradas Alimentadoras, no âmbito Municipal. Elas são identificadas por este nome, por que são, verdadeiramente, as que canalizam para o sistema rodoviário estadual e federal, os meios, a produção, etc. que vão alimentá-las.

Adotada no Rio Grande do Sul, sob a mesma estrutura funcional ela apresentou resultados altamente expressivos, que colocaram aquela unidade federal em condição privilegiada em nosso país. Oxalá, possamos repetir o mesmo êxito.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 132-71

#### PARECER

O nobre Deputado Nivaldo Krüger propõe que a Assembléia autorize o Poder Executivo a constituir uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, com a finalidade de estudar, projetar e praticar toda espécie de atos necessários a dotar o Estado de um sistema viário, constituído de rodovias "alimentadoras" da rede estadual e federal de estradas.

Entre outras disposições de sentido complementar, o Projeto estabelece também que o Estado deverá compulsoriamente subcrever 32.600 ações nominativas ordinárias, oferecer garantia, sob a forma de fiança, aval ou endosso, às operações de crédito e aos contratos realizados, além de consignar no orçamento vindouro a dotação correspondente ao total de ações subscritas.

Determina, finalmente, o Projeto no penúltimo artigo, que as despesas com a execução da lei, correrão pela dotação orçamentária indicada, no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Analisando cuidadosamente a iniciativa do ilustre Deputado Nivaldo Krüger, com o maior interesse em função da importância da matéria nela disciplinada, esbarramos infelizmente em obstáculo de natureza constitucional de difícil, senão impossível remoção.

Trata-se do disposto nos arts. 47 — I e 35 da Constituição do Estado que tem por objetivo superior o de assegurar ao Executivo as iniciativas que possam afetar a estrutura administrativa e econômico-financeira do Estado.

Ora, como está redigida a matéria do projeto, na sua essência dependente da movimentação de valores pecuniários do Estado, não reúne condições de viabilidade constitucional e legal.

Por essa razão, embora louvando a procura de solução para tão grave problema paranaense, devemos render-nos perante o imperativo da Carta Estadual.

Pela rejeição.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Junior

Gilberto Carvalho

Igo Lasso

Arthur de Souza



O SR. MUGGIATTI FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, temos em mãos um Requerimento do autor do Projeto ora em discussão, o nobre Deputado Nivaldo Kruger.

Levado ao interior do Estado, Sua Excelência, prevenindo-se contra uma eventual recusa do seu Projeto sem que possa sequer discuti-lo e como pretende discutir a matéria em Plenário, deixou-me este Requerimento que ora encaminho a V. Exa., solicitando, em relação ao Projeto n. 132-71, a sua retirada da Ordem do Dia por 7 sessões consecutivas.

O Requerimento está formalizado e devidamente assinado pelo nobre Deputado Nivaldo Kruger, que tenho a honra de encaminhar a V. Exa. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Lendo):

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem respeitosamente solicitar a Retirada da Ordem do Dia do Projeto n. 132-71, de sua autoria por sete sessões consecutivas.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

(a) — Nivaldo Kruger.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 44-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Escola Especializada Primavera, de atendimento a crianças excepcionais, nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGENCIA — Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 44-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica declarada de utilidade pública, a Escola Especializada Primavera, de atendimento a crianças excepcionais, com sede em Curitiba.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1972.

a) — Deputado Jorge Sato.

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Especializada Primavera é essencialmente de caráter filantrópico, assistencial e sem intuítos lucrativos, tendo por objetivo, estudos, pesquisas e divulgação do problema da criança retardada mental, acrescido de serviços de assistência médica, pedagógica e social. Propõe a Escola, através de sua diretriz, integrar o excepcional não somente se ocupando dos comportamentos individualizados, mas também, e com bastante ênfase, das atividades de mútua relação que formam e compõem um comportamento coletivo. Realiza também pesquisas no sentido de avaliar o desenvolvimento progressivo de ajustamento cada vez mais completo entre os vários elementos que compõem a cultura a atividade controlada e a atividade especial.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N. 44-72

AUTOR: Deputado Jorge Sato

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Escola Especializada Primavera, de atendimento a crianças excepcionais, nesta Capital.

#### PARECER

Segundo se depreende, da justificativa e dos Estatutos em anexo a Escola Especializada Primavera, é entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, tendo por principal objetivo, o atendimento a criança retardada mental propiciando-lhe serviços de assistência médica, pedagógica e social.

O projeto traz em anexo a documentação exigida para iniciativas desta natureza.

Não fere dispositivo legal ou constitucional.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Luiz R. Soares

Basilio Zanusso

Maurício Fruct

Cândido M. de Oliveira

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério

#### PROJETO DE LEI N. 214-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Curitiba, uma Escola Normal, de grau secundário.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1970.

a) Dep. Arthur de Souza.

#### JUSTIFICATIVA:

Será feita em Plenário.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N. 214-70

AUTOR: Dep. Arthur de Souza

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Secundário em Curitiba.

#### PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.o — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola indo ela, até eles.

2.o — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

#### ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.o — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação

de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.o — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.o — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

#### ANALISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.o — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizando do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

#### ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o Projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente Projeto de Lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento aquela que autoriza.

Encerrada as observações quanto a lei autorizatória, analisamos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado, a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator.

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira (Vencido)

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Sebastião H. Júnior

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 214-70

Meramente autorizativo o presente Projeto deve ser aprovado por não ofender princípios de ordem financeira e ser de alto objetivo.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Poli

Ovidio Franzoni.

#### Comissão de Instrução Pública

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 214-70

Não vemos como não votar pela aprovação da presente pretensão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias.

Arizone Araujo

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 13-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 2-72, encaminhando anteprojeto de Lei complementar, que institui o Conselho de Contribuintes e recursos Fiscais (CCRF), vinculado a Secretaria da Fazenda e destinado ao julgamento em instância administrativa de questões tributárias. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGENCIA — Aprovado.**



PROJETO DE LEI N. 13-72

MENSAGEM N. 2-72 Curitiba, 4 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar, que em conformidade com o preceituado no inciso 8, do parágrafo único do art. 26, da Constituição Estadual visa instituir o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e destinado ao julgamento em segunda instância administrativa, de questões tributárias entre os contribuintes e o Estado.

O ofício n. 175-72, de 20 de março próximo passado e a respectiva justificativa, firmados pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e anexados por cópias autênticas, dizem sobre a oportunidade, significação e o alto interesse público na medida proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI — COMPLEMENTAR

SÚMULA: Lei Orgânica do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Art. 1.º — Fica instituído, de acordo com o inciso 8 do parágrafo único do art. 26 da Constituição do Paraná, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), para julgamento, em segunda instância administrativa de questões tributárias entre os contribuintes e o Estado.

Parágrafo único — O CCRF, vinculado administrativamente à Secretaria da Fazenda, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.

Art. 2.º — Compõem o CCRF:

a) Corpo deliberativo;

b) Representação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;

c) Corpo Instrutivo.

CAPÍTULO II

DO CORPO DELIBERATIVO

Art. 3.º — O Corpo Deliberativo será integrado por oito Vogais, e um Presidente.

§ 1.º — O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, por um Vice-Presidente.

§ 2.º — O Presidente e o Vice-Presidente do CCRF são escolhidos pelo Governador do Estado, entre pessoas cuja formação seja de nível superior, de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, financeira e econômica.

§ 3.º — O Presidente e Vice-Presidente são livremente demissíveis pelo Governador do Estado.

§ 4.º — Será igual o número de vogais representantes da Fazenda Pública Estadual e dos contribuintes e todos serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 5.º — A nomeação dos vogais representantes da Fazenda Pública Estadual e dos respectivos suplentes recairá em pessoas cuja formação seja de nível superior, com reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, financeira e econômica, indicadas pelo Secretário da Fazenda.

§ 6.º — Os vogais e seus suplentes, representantes dos contribuintes, serão indicados em lista tripartite pela Federação do Comércio do Estado do Paraná — juntamente com a Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, — Federação das Associações Comerciais do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

§ 7.º — Na falta ou impedimento ocasional e simultâneo do Presidente e Vice-Presidente do CCRF exercerá a Presidência o mais antigo dos Vogais presentes, ou sendo iguais na antiguidade, o mais idoso.

Art. 4.º — O mandato dos Vogais e Suplentes da CCRF, tem a duração de dois anos, admitida a recondução.

Art. 5.º — O Presidente e os Vogais têm direito a uma gratificação equivalente a 25% do maior salário mínimo vigente no Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de quinze sessões por mês.

§ 1.º — O Vice-Presidente e os Suplentes têm direito as mesmas gratificações correspondentes às sessões a que comparecerem.

§ 2.º — O Presidente do Conselho perceberá, além da gratificação por sessão, gratificação mensal equivalente a uma vez e meia o valor do maior salário mínimo vigente no Estado, a título de representação.

§ 3.º — O Vice-Presidente ou Vogal que exercer a Presidência do CCRF por trinta dias, consecutivamente, tem direito a percepção da gratificação a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 6.º — Os Vogais representantes da Fazenda Estadual terão, além da gratificação por sessão, todos os direitos a vantagens dos cargos que ocupam e relativos a função pública, como se no seu efetivo exercício estivessem.

Art. 7.º — O CCRF funcionará com a presença de cinco membros, no mínimo, garantida a participação paritária e decidirá por maioria de votos.

§ 1.º — O Presidente do CCRF tem apenas o voto de desempate.

§ 2.º — A falta de comparecimento de qualquer Vogal a cinco Sessões consecutivas, ou dez alternadas, durante o ano, importará, salvo motivo plenamente justificado em renúncia tácita do mandato devendo o Presidente comunicar o fato ao Secretário da Fazenda para efeito de ser providenciado o preenchimento da vaga, na forma prevista nesta lei.

Art. 7.º — Os membros do CCRF têm direito a um período de férias anuais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem prejuízo de suas vantagens. Parágrafo único — As férias e as licenças serão concedidas pelo plenário do CCRF ao Presidente e por este aos Vogais.

Art. 8.º — Os membros do Conselho são impedidos de discutir e votar nos processos:

I — de seu interesse pessoal ou de seus parentes até o terceiro grau, inclusive;

II — do interesse de empresa de que sejam diretores, administradores,

sócios, acionistas, membros do conselho assessores ou a que estejam ligados por vínculo profissional permanente;

III — em que houverem proferido decisão ou instruído o feito em primeira instância administrativa.

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA

Art. 9.º — Junto ao CCRF oficializam quatro representantes da Secretaria e Estado dos Negócios da Fazenda, designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

Parágrafo único — A designação dos representantes a que alude este artigo recairá em servidores da Secretaria da Fazenda de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, os quais enquanto servirem no CCRF, ficarão dispensados de suas funções ordinárias.

Art. 10 — Os representantes da Secretaria da Fazenda terão assento junto ao Plenário obedecido entre eles o sistema de rodízio em cada sessão.

§ 1.º — Os representantes da Secretaria da Fazenda não terão direito a voto.

§ 2.º — Os representantes da Secretaria da Fazenda têm direito a gratificação equivalente a 25% do maior salário mínimo vigente no Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de 15 (quinze) sessões por mês, sem prejuízo de todos os direitos e vantagens de seus cargos, como se no seu efetivo exercício estivessem.

§ 3.º — As questões administrativas de interesse dos representantes da Secretaria da Fazenda serão decididas, ou encaminhadas, conforme o caso, ao Governador, pelo Secretário da Fazenda.

Art. 11 — Aos representantes da Secretaria da Fazenda compete fundamentalmente:

I — ter vista de todos os processos para efeito de parecer, antes de distribuídos aos relatores;

II — usar da palavra nas sessões de julgamento e requerer o que considerar conveniente à apreciação e solução do feito, na forma regimental;

III — recorrer à última instância, das decisões do CCRF quando estes não forem unânimes e forem contrárias à Fazenda Pública Estadual.

Parágrafo único — Os representantes da Secretaria da Fazenda podem requisitar de qualquer repartição estadual documentos que julgarem necessários à instrução dos processos de que tenham vista, os quais lhes serão fornecidos com a maior brevidade.

CAPÍTULO IV

DO CORPO INSTRUTIVO

Art. 12 — O Corpo Instrutivo do CCRF, será constituído de uma Secretaria Geral, incumbida de atender a todos os serviços administrativos.

§ 1.º — Os servidores do Corpo Instrutivo serão colocados à disposição do CCRF, a critério do Secretário da Fazenda, mediante solicitação do Presidente do órgão colegiado.

§ 2.º — Os servidores colocados à disposição do CCRF terão todos os direitos e vantagens inerentes aos seus cargos.

§ 3.º — Aplica-se aos servidores do Corpo Instrutivo o disposto no § 3.º Art. 10 desta lei.

§ 4.º — O Corpo Instrutivo será dirigido por um Secretário, administrativamente subordinado ao Presidente, de sua livre escolha entre os servidores que prestem serviço junto ao CCRF.

§ 5.º — Ao Secretário do CCRF será atribuída a gratificação de função equivalente ao símbolo I-F.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO EM INSTANCIA COLETIVA

Art. 13 — Os recursos serão recebidos e protocolados na Secretaria do CCRF e distribuídos à representação da Secretaria da Fazenda, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento.

§ 1.º — O representante da Secretaria da Fazenda terá o prazo de 15 (quinze) dias para o estudo dos processos que lhes forem distribuídos, devendo, nesse prazo, devolvê-los à Secretaria, com o parecer ou pedido de diligência dirigido ao Presidente do CCRF.

§ 2.º — No retorno dos processos de diligência a Secretaria abrirá nova vista, ao representante da Secretaria da Fazenda pelo prazo de 8 (oito) dias.

Art. 14 — Com o parecer do representante da Secretaria da Fazenda, o processo será distribuído a um Relator que dele terá vista pelo prazo de quinze dias, podendo, nesse prazo, solicitar ao Presidente diligência externa.

§ 1.º — No retorno do processo à Secretaria do CCRF será reaberta vista ao Relator pelo prazo de 8 (oito) dias.

§ 2.º — Enquanto o Relator não devolver o processo à Secretaria do CCRF, é facultada às partes a juntada de prova documental, abrindo-se, nesse caso, vista à parte contrária para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as inovações.

Art. 15 — Devolvido o processo pelo Relator, será distribuído a um Revisor que o revisará no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único — A manifestação dos Vogais Relatores e Revisores, nos processos, será peritória.

Art. 16 — Esgotado o prazo fixado no artigo anterior, o processo será devolvido à Secretaria do CCRF para inclusão na pauta de julgamento, observada a ordem sequencial de recebimento dos processos.

Parágrafo único — A Secretaria do CCRF providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado, com antecedência de no mínimo dez dias da data do julgamento, da pauta da sessão, com a indicação, para cada feito, do:

- número do protocolo;
- nome do contribuinte;
- nome do procurador do contribuinte, se houver;
- nome do Relator;
- local, data e hora da sessão.

Art. 17 — As decisões do CCRF serão tomadas em forma de Acórdão obedecidas as disposições regimentais.

Art. 18 — É facultado aos Vogais e ao representante da Secretaria da Fazenda pedir vista do processo, durante o julgamento, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 19 — O CCRF poderá converter o feito em diligência externa, como preliminar de julgamento.

Art. 20 — O Acórdão será lavrado pelo Relator, no prazo de quinze dias contados da data de julgamento.

§ 1.º — Se o Relator for vencido, o Presidente designará para redigir o acórdão, no mesmo prazo, um dos Vogais cujo voto tenha sido vencedor.



§ 2.º — A fundamentação escrita dos votos far-se-á no mesmo prazo fixado no parágrafo anterior.

Art. 21 — As Súmulas dos Acórdãos serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

**CAPÍTULO VI  
DO REGIMENTO DO CCRF**

Art. 22 — O CCRF organizará o seu Regimento que determinará, basicamente:

- I — distribuição proporcionar dos processos, segundo a ordem cronológica de atuação na sua Secretaria;
- II — rigorosa igualdade de tratamento às partes;
- III — direito de vista dos autos, na Secretaria do CCRF, ao contribuinte ou seu representante legal;
- IV — direito de sustentação oral dos recursos durante o julgamento;
- V — realização de três sessões ordinárias semanais;
- VI — multas aplicáveis nos casos de retenção e restituição fora de prazo dos processos;
- VII — estabelecer a processualística dos pedidos de esclarecimento sobre o alcance dos acórdãos;
- VIII — elaboração pela Presidência, de relatório anual circunstanciado ao Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda sobre as atividades do CCRF.

**CAPÍTULO VII  
Das Instâncias Administrativas**

Art. 23 — O processo administrativo fiscal desenvolve-se nas seguintes instâncias:

- a) — primeira, singular, a nível do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda;
- b) — segunda, coletiva, a nível do CCRF;
- c) — terceira e última, singular, a nível do Secretário da Fazenda.

Art. 24 — O recurso à terceira e última instância caberá, apenas, ao representante da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, na hipótese prevista no inciso III do art. 11 desta Lei.

§ 1.º — O recurso previsto neste artigo poderá ser exercitado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado.

§ 2.º — Apresentado o recurso indicado neste artigo, o CCRF, antes de encaminhar o feito à autoridade julgadora competente, abrirá vista do processo ao contribuinte para que este venha aduzir, no prazo de cinco dias, contados da notificação, as considerações julgadas oportunas sobre as razões apresentadas pelo recorrente.

§ 3.º — As normas complementares sobre o rito do recurso previsto neste artigo, são fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 25 — Publicado o acórdão favorável à Fazenda Pública a Secretaria do CCRF certificará tal circunstância nos autos, remetendo o feito, em seguida, à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para os devidos fins.

Parágrafo único — Se o acórdão publicado for favorável ao contribuinte e cabendo recurso na forma desta lei, a Secretaria do CCRF aguardará a fluência do prazo no qual ele poderá ser interposto, a fim de dar encaminhamento do feito à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, observada a regra do § 2.º do artigo anterior.

Art. 26 — O rito do processo administrativo fiscal em primeira instância será estabelecido na lei orgânica de cada tributo.

**CAPÍTULO VIII  
Das Disposições Gerais**

Art. 27 — Os recursos que se encontram pendentes de julgamento no Tribunal de Contas do Estado serão encaminhados à Secretaria da Fazenda que os remeterá ao CCRF para apreciação em segunda instância administrativa.

Art. 28 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), destinado a atender despesas com instalação e manutenção do CCRF no presente exercício financeiro.

Parágrafo único — Como recurso para atender as despesas decorrentes da abertura do crédito especial de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Programa "Exação e Fiscalização Financeira" — Unidade Executora — Secretaria da Fazenda — Departamento de Rendas Internas — Dotação 72.1.1-42-04-0 — 3.0.0.0 — Despesas Correntes — 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Art. 29 — A Secretaria da Fazenda providenciará a instalação do CCRF.

Art. 30 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31 — Ficam revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA  
Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto tem a finalidade de regulamentar o dispositivo constitucional que disciplina o julgamento das questões fiscais em segunda instância, criando o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (item 8 do parágrafo único do art. 26 da Constituição do Paraná).

A anterior competência, provisoriamente atribuída ao Tribunal de Contas — enquanto não criado órgão próprio — foi definitivamente conferida, pela nova Carta Estadual, ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, a quem competirá decidir em segunda instância administrativa.

A decisão nessa esfera, face a participação paritária, no corpo deliberativo, da Fazenda Pública e da iniciativa privada, através dos órgãos de classe, visa adequar e integrar, em âmbito mais estreito, as relações fisco-contribuintes, proporcionando, com isso, equânime distribuição de justiça fiscal. Confere com o original

Em 3.4.72.

a) Wally C. Mesquita

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

Senhor Governador:

Of. n.º 175.72

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anteprojeto de lei que visa instituir, no Paraná, em consonância com o item 8 do parágrafo único

Curitiba, 20 de março de 1972

co do art. 26 da Constituição Estadual, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

Acompanha, em anexo, a justificativa do desígnio da lei complementar. Renovo a Vossa Excelência os protestos de distinto apreço e real consideração.

(a) Mauricio Schulman — Secretário da Fazenda  
Excelentíssimo Senhor  
Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Digníssimo Governador do Estado do Paraná  
N/Capital  
Confere com o original  
Em 3.4.71.

(a) Wally C. Mesquita

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI N.º 13-72

**PARECER**

Por intermédio da Mensagem n.º 2.72, o ilustre Governador do Estado, submete à apreciação deste Poder o Projeto que visa instituir o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, destinado ao julgamento em segunda instância administrativa, de questões tributárias entre os Contribuintes e a Fazenda Pública estadual.

O suporte constitucional da iniciativa, aliás de nossa autoria, é o parágrafo único, do art. 26, que desfila o elenco de leis chamadas complementares à Constituição.

Material e formalmente, tudo está conforme.

No mérito, é necessário ressaltar a isenção do Governo ao instituir um mecanismo de defesa do contribuinte contra possíveis pendoros de onipotência fiscal largamente utilizada no passado como instrumento para obtenção de dividendos de natureza política-eleitoral.

Talvez o Paraná seja uma das últimas unidades federadas a criar o órgão de correção e equilíbrio do sistema fiscal e tributário, tão propício a exauros e incontinências.

Com entusiasmo pela inovação no setor fazendário, concedo o meu parecer favorável.

Sala das Comissões em 3.5.72.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente  
Paulo Camargo — Relator  
Ovídio Franzoni  
Luiz Roberto Soares  
Emílio Carazzal  
Santos Lima  
Cândido M. Oliveira

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER**

Como bem salientou o ilustre relator da Comissão de Constituição e Justiça, em seu esmerado parecer, o Paraná hoje é provavelmente o último Estado da Federação a adotar o Conselho de Contribuintes:

Não se concebia que entre o contribuinte comum e a Fazenda Pública inexistisse um órgão de equilíbrio de interesses, capaz de estabelecer a justiça fiscal. O Tribunal de Contas, a quem se conferia a título precário tais funções, dada a transitoriedade do encargo, não se podia instrumentar na medida das exigências desse importante setor.

Assim sendo, o contribuinte se sentia desencorajado a pleitear, suportando às vezes pesados prejuízos decorrentes de multas impostas por erro de interpretação da norma legal.

Agora, no entanto, em obediência ao dispositivo constitucional o Executivo propõe a criação da segunda instância de recursos fiscais, sob a jurisdição de um órgão colegiado, constituído com a participação de entidades representativas do contribuinte, ao lado da presença dos delegados estatais, com a finalidade de dirimir as controvérsias e os conflitos de entendimento da lei fiscal.

Merece total acolhida o Projeto e por objetivar a realização da justiça fiscal, em âmbito estadual, opino pela aprovação.

Sala das Comissões

(aa.) Fuad Nacli — Presidente  
João Fadel — Relator  
Odilon Reinhardt  
Antônio Belinatti  
Antônio Lopes Júnior  
David Federmann

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Wilson Fortes e Pinto Dias, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Sta. Maria Dolores Bordin, por ter conquistado, como representante do Município de Paranavaí, o título de "Miss Paraná". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur constante do Expediente, indicando os Srs. Deputados Armando Queiroz, Antônio Lopes Júnior, Paulo Camargo e Luiz Roberto Soares, para comporem a Comissão que tratará da implantação do Instituto de Previdência dos Parlamentares. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Sebastião Rodrigues Júnior, para comporem a Comissão Especial que tratará da implantação de órgãos previdenciários para os Srs. Deputados. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Clube Atlético Paranaense e ao elenco de atletas que constituem a brilhante equipe de futebol profissional. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela conquista do Título de Campeão do 1.º Turno do Campeonato Paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do editorial publicado no jornal "Folha Agrícola" sob o título "Problemas de



Colombo", onde são analisadas as principais reivindicações do Município. **Aprovado.** (O editorial a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja endereçado aos Srs. Presidente da República, Ministro do Exterior, Chefe da Delegação Brasileira à Conferência sobre o meio ambiente, levada a efeito em Estocolmo, um voto de aplauso e de irrestrito apoio deste Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 6.72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando atualização do regulamento de Transportes Coletivos Intermunicipais.

O Sr. Deputado Wilson Brandão apresentou um outro Requerimento solicitando que seja adiada por três sessões a votação do Requerimento de sua autoria sob o n.º 5.9. A Mesa deixa de receber o presente requerimento, tendo em vista que o primeiro Requerimento de autoria do mesmo Deputado, encontra-se em fase de votação. Em votação o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão que solicita a atualização do regulamento dos Transportes Coletivos Intermunicipais.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na última sessão, a nossa Bancada votou pela rejeição do presente Requerimento; entretanto, não existia número legal para a votação. E nós hoje voltamos a sustentar o mesmo ponto de vista, votando pela rejeição do Requerimento. Porque, como afirmava na sessão de 5.ª feira, encontra-se em minhas mãos o Ante-Projeto que trata do regulamento do serviço de transporte de passageiros, do Estado do Paraná. Razão porque transmito à Casa que já tenho em mãos o Anteprojeto, julgando intempestivo e inoportuno o Requerimento de autoria do Deputado Wilson Brandão, e sugeria naquela oportunidade, ao mesmo, que transformasse o Requerimento; ao invés de ser enviado ao Departamento de Estradas de Rodagem, fosse encaminhado ao Sr. Governador para que S. Exa. sustasse por alguns dias o decreto que irá estabelecer este novo regulamento, a fim de que os Srs. Deputados possam tomar conhecimento da matéria que é muito importante para nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se determine com urgência, um Programa Especial de Desenvolvimento para a Região Sul e Centro-Oeste do Paraná, com a sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para representar a Casa no Concurso de Miss Paraná a ter lugar em Maringá, com a sua discussão encerrada. A Mesa deixa de votar o requerimento, por se tratar de matéria vencida.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado Pedido de Informações ao Sr. Diretor do D.E.R., com a sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados ofícios às diversas autoridades, com a sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) — Segundo tive conhecimento, V. Exa., já manteve entendimentos com o Sr. Secretário da Fazenda, para que compareça a esta Casa, segundo o convite que lhe foi formulado pela Presidência da Assembléia Legislativa. Gostaria que V. Exa. informasse à casa, para conhecimento de todos os Senhores Deputados, a data e hora em que o Sr. Secretário da Fazenda comparecerá a este Poder, para prestar esclarecimentos sobre a situação do nosso Estado, com relação ao orçamento e à arrecadação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência esclarece que em contacto com o Sr. Secretário da Fazenda, no dia de hoje, ficou marcada a data de 4.ª feira, dia 21, às 15 horas, quando S. Exa. virá a Assembléia Legislativa a fim de atender a um convite que formulamos a S. Exa. e por solicitação dos Srs. Deputados.

Portanto, dia 21, 4.ª feira, às 15 horas, estará em Plenário o Sr. Secretário da Fazenda, Maurício Schulman.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 74-70 — 122.70 — 235.71 — 28.72 e 14.72;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 195-70 — 199.70 — 214.70 — 13-72 e 44.72;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 219.70 — 240.70 — 60-71 e 122.71 — 123.70 — 145.71 e 220-71.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURICIO FRUET, NA SESSÃO DE 12 DE JUNHO DE 1972

#### "PROBLEMAS DE COLOMBO"

Como qualquer município produtor em desenvolvimento, Colombo tem, também, seus grandes problemas. Principalmente no que se refere a transportes e comunicações.

Atualmente, está sendo construída a ligação rodoviária Curitiba-Colombo. Os trabalhos de terraplenagem já se acham concluídos e resta somente a aplicação do revestimento básico e asfáltico. Essa estrada, porém, será apenas o início das muitas de que Colombo necessita. Colombo é um município turístico por excelência. É através de sua área territorial, que se dá o melhor acesso à região das grutas, em Bacaetava, na linha divisória do município com Bocaiuva do Sul. Ali, será, indubitavelmente, instalado em futuro próximo, o Parque Bacaetava, com todos os requisitos indispensáveis a sua transformação em referência turística obrigatória.

A região das grutas necessita de melhores vias de acesso que também sirvam ao movimento dos produtores agrícolas, em suas relações com os mercados da capital.

Outro melhoramento urgente a ser implantado no município, é o serviço telefônico. Cidade satélite de Curitiba, mantendo com esta capital intenso intercâmbio nos mais diversos setores, especialmente no administrativo, no comercial e até no social, a comunicação direta entre uma e outra cidade é problema cuja solução não pode sofrer contínuos adiamentos. Afinal de contas, o Estado conta com a TELEPAR, uma das maiores organizações de expansão dos serviços de comunicações do país. Muitas cidades paranaenses contam, inclusive, com o mais avançado sistema telefônico: o chamado DDD (Discagem Direta à Distância), que possibilita ligação instantânea e direta com os maiores centros demográficos e comerciais do país. Não seria demais pedir que a cidade de Colombo fosse contemplada, imediatamente, mesmo com um sistema simples, mas eficiente de telefones para seu contacto vocal direto com a Capital e outras principais cidades do Estado.

O município de Colombo é um dos grandes produtores de minérios do Paraná com extração e beneficiamento de cal virgem e produtos calcários. Sua produção, contínua e intensa, não pára e, assim mesmo, não chega para abastecer os mercados de consumo. A indústria de construções, em todo o país, prossegue em contínua ascensão e os produtos calcários continuam a ser os mais solicitados para esse fim.

No setor agrícola, não é preciso lembrar que este município é, hoje, a capital do vinho e da uva, no Paraná, sendo o único a possuir Cooperativa de Produtores desta especialidade. Isso tudo justifica a solução urgente dos problemas de transportes e comunicações que ainda existem, além do aspecto meramente turístico representado não só pelas riquezas e fenômenos naturais do futuro Parque Bacaetava, mas também pela atração que começam a exercer os restaurantes típicos da cidade e arredores, cujo movimento cresce principalmente em fins de semana; a Igreja, em estilo gótico, precisando de novo telhado e reforma geral e, ainda...

Bem, um Hospital não é órgão de atração turística, mas constitui necessidade das maiores, numa comunidade em crescimento. A saúde do povo precisa ser atendida a qualquer hora, a qualquer minuto, para preservação da vida. E o Hospital de Colombo, que já foi iniciado há algum tempo sob os melhores auspícios, está com sua construção paralisada por falta de recursos.

Urge uma solução para o caso.

Aqui fica o apelo de nossa "Folha Agrícola", para consideração de quem de direito!